

Trabalho necessário

V.23, nº 50 - 2025 (janeiro-abril)

ISSN: 1808-799 X

EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE LUTA ANTIRRACISTA: CONTRIBUIÇÕES DE CARTER WOODSON E CLÓVIS MOURA¹

Jane Barros Almeida²

Resumo

Este artigo parte da premissa de que a educação pode cumprir um papel de canalização do descontentamento social e, portanto, catalisar novos projetos societários, inclusive projetos que possuem o antirracismo como perspectiva, indicando uma potência estratégica. Apesar do estadunidense Carter G. Woodson e do brasileiro Clóvis Moura experienciarem contextos sociais distintos, ambos contribuíram para pensar o papel da educação no interior de uma sociedade racializada no início século XX, indicando pistas e caminhos, para a superação da hierarquização racial em ambos os contextos. Trata-se, então, de um exercício de sistematização e análise que pode auxiliar a pensar elementos teóricos, epistemológicos e programáticos para o devir, assim como o enfrentamento do racismo estrutural.

Palavra-chave: Educação; luta antirracista; século XX.

EDUCACIÓN Y PROCESOS DE LUCHA ANTIRRACISTA: APORTES DE CARTER WOODSON Y CLÓVIS MOURA

Resumen

Este artículo parte de la premisa de que la educación puede desempeñar un papel en la canalización del descontento social y, por lo tanto, catalizar nuevos proyectos de sociedad, incluidos los proyectos que tienen el antirracismo como perspectiva, lo que indica un poder estratégico. Aunque el estadounidense Carter G. Woodson y el brasileño Clóvis Moura vivieron contextos sociales diferentes, ambos contribuyeron a pensar el papel de la educación dentro de una sociedad racializada a principios del siglo XX, indicando pistas y caminos para superar la jerarquización racial en ambos contextos. Se trata, pues, de un ejercicio de sistematización y análisis que puede ayudarnos a pensar elementos teóricos, epistemológicos y programáticos para el futuro, así como a enfrentar el racismo estructural.

Palabra clave: Educación; lucha antirracista; Siglo XX.

EDUCATION AND PROCESSES OF ANTI-RACIST STRUGGLE: CONTRIBUTIONS FROM CARTER WOODSON AND CLÓVIS MOURA

Abstract

This article starts from the premise that education can play a role in channeling social discontent and therefore catalyze new societal projects, including projects that have anti-racism as a perspective, indicating a strategic power. Although the American Carter G. Woodson and the Brazilian Clóvis Moura experienced different social contexts, they both contributed to thinking about the role of education within a racialized society at the beginning of the 20th century, indicating clues and paths for overcoming racial hierarchization in both contexts. This is therefore an exercise in systematization and analysis that can help us think about theoretical, epistemological and programmatic elements for the future, as well as confronting structural racism.

Keyword: Education; anti-racist struggle; 20th century.

¹Artigo recebido em 10/12/2024. Primeira Avaliação em 28/01/2025. Segunda Avaliação em 04/02/2025. Aprovado em 13/03/2025. Publicado em 09/04/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66121>

²Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo - Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (EDU/UERJ), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: jane.barros@uerj.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9178503996055564>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3878-0837>.

A primeira metade do século XX foi determinante nas Américas para as lutas antirracistas, sobretudo num contexto de intenso (norte) e início (sul) processo de urbanização e mudança do modelo produtivo. Neste cenário, a educação como direito social já se apresentava como universal e inserida na tese do projeto republicano (Almeida, 2016 apud Cáceres, 1964, p.15). Sem desconsiderar todas as diferenças entre um país de capitalismo dependente como o Brasil e o imperialismo dos EUA, é possível constatar a existência de debates entre intelectuais orgânicos, sobretudo negros(as), no que se refere as demandas, lutas sociais e questões advindas das relações sociorraciais, potencializadoras da opressão de corpos negros e não bancos nestes territórios. As diferenças existentes podem inclusive revelar substanciais estratégicas divergentes, tendo a educação como lente dos processos e relações sociais.

O texto em questão parte da premissa de que a educação - na perspectiva da formação humana - pode cumprir um papel de canalização do descontentamento social e, portanto, catalisar novos projetos societários, inclusive projetos que possuem o antirracismo como perspectiva, o que delegaria à educação uma potência estratégica (Almeida, J.B., 2016). Apesar de Carter G. Woodson (1875-1950) e Clóvis Moura (1925-2003) não serem a rigor contemporâneos, experienciando inclusive contextos sociais distintos, ambos contribuíram para pensar o papel da educação no interior de uma sociedade racializada, no início século XX, indicando pistas e caminhos para a superação da hierarquização racial em ambos os contextos.

Trata-se de um exercício de sistematização e análise que pode auxiliar a pensar elementos teóricos, epistemológicos e programáticos para o devir, assim como o enfrentamento do racismo estrutural dos nossos tempos. Este texto é parte de uma pesquisa em andamento intitulada: Lutas antirracistas, movimentos negros e educação: sujeitos coletivos apontando caminhos³. Portanto, num primeiro momento (1) apresentará uma breve caracterização sobre a concepção de educação aqui trabalhada, ampliando de maneira a compreendê-la na perspectiva da formação humana; (2) em seguida Moura e Woodson serão apresentados e contextualizados no que se refere a discussão da temática educacional, possibilitando por fim, à guisa

³ Pesquisa apresentada como projeto para a obtenção da modalidade Dedicação exclusiva na UERJ e submetido a processos de solicitação de bolsas e recursos, como o PIBIC 2024-UERJ, Faperj e CNPQ (em processo, de acordo com cronograma das instituições).

de uma conclusão (3) indicações e pistas tendo a educação como lente, para mirar caminhos à construção de uma perspectiva societária antirracista.

Educação na perspectiva da formação humana e as relações raciais

Pensar a partir da contribuição da educação para a luta antirracista impõe a necessidade de definir a concepção de educação em curso. A educação na perspectiva da formação humana dialoga com as premissas gramscianas e a comprehende inserida num contexto em que existem projetos sociais em disputa que expressam específicas visões sociais de mundo. Nesta direção, a educação é compreendida para além das dimensões institucionais escolares (formal x informal), mas como parte de um processo forjado a partir das relações sociais expressas no modo de vida⁴ existente, capaz de indicar o seu importante papel no interior da dinâmica social, podendo revelar os diferentes projetos de poder existentes.

Edmund Dias (2012) descreve a dinâmica complexa do modo de vida capitalista através da materialização da passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às microrrelações (o cotidiano das classes), que se realiza nas instituições e fora das mesmas, mas que impõe um padrão, “(...) a chamada normalidade; vale dizer, o que é certo ou errado” (Dias, 2012, p.51). Dias, de forma rigorosa, indica com precisão que o modo de vida se conecta às formas de produzir e consumir, sejam bens, valores ou formas de pensar. Portanto, este modo de vida revela uma determinada cultura hegemônica, sendo-a plenamente política e atravessada pelas contradições estruturais que expressam interesses de sujeitos, grupos e classes sociais específicas. Da família ao trabalho, passando pela escola, universidade, este sujeito que trabalha é ao mesmo tempo explorado e oprimido, sendo formado e educado para a vida em sociedade hegemonizada pelo capital.

Entretanto, se o modo de vida é o espaço onde a “vida vivida” (Gusmão, 2015) acontece é salutar a constatação de que esta hegemonia não se impõe sem resistências, em algum nível e das mais variadas formas. Este texto sustenta a argumentação de que a educação possa ser um potente espaço de expressão desta

⁴ O conceito “modo de vida” aqui utilizado referencia-se na literatura gramsciana, mais precisamente nos trabalhos do sociólogo Edmundo Fernandes Dias (2012), compreendendo a dinâmica do cotidiano social conectado as estruturas sociais historicamente construídas.

resistência, desde que seja possível compreendê-la como parte e produto de um processo ampliado de lutas sociais existentes, inserida neste contexto do “modo de vida”. A compreensão desta dinâmica caminha para uma desnaturalização das verdades construídas e “normalizadas”, assim como do reconhecimento de um projeto de educação hegemonicamente forjado pelas estruturas de poder, alimentadas pela intensa e complexa dinâmica dos interesses de grupos dominantes.

O quadro referencial epistemológico gramsciano, sistematizado por Dias (2012) e Carlos Vieira (1999), auxilia a pensar o processo educativo como questão estratégica da configuração do modo de vida. “Distaste dos ímpetos iluministas e da compreensão salvífica do papel da educação, ele pensa a formação do indivíduo nos marcos da luta hegemônica entre os vários projetos em disputa no quadro societário” (Vieira, 1999, p93). Para Vieira, trata-se de uma teoria da formação humana que evita a redução do processo formativo ao desenvolvimento intelectual do homem concebido isoladamente, da mesma forma que evita a pendular inversão, que supõe a formação da personalidade de forma demasiadamente determinista, do homem como produto passivo do meio social. Em síntese, uma teoria que permite ampliar a noção de educação, percebendo-a como síntese de múltiplas determinações e conectada a específicas visões sociais de mundo. Algo corroborado por Vicente Zatti e Marcos Pagotto-Euzébio,

Educação é processo que perdura a vida toda, portanto, não está restrita à educação formal; (...) A educação entendida como processo de formação humana confunde-se com cultura. (...) Como processo de formação humana, a educação apresenta-se como um processo desinteressado, embora aprender as técnicas e conhecimentos úteis e necessários para a reprodução material da vida faça parte da educação, ela não se reduz a isso (...) Educação é a arte do cultivo do humano e, a humanização depende de uma série de saberes humanísticos geralmente não detentores de utilidade imediata (Zatti; Pagotto-Euzebio, 2023, p12).

Neste sentido, esta concepção de educação permitiria superar as leituras deterministas e indicar a possibilidade de compreender o sujeito numa dimensão omnilateral. Ao recuperar a noção de totalidade a partir de singularidades concretas, pavimenta caminhos para uma educação contra hegemônica, de maneira a superar este modo de vida específico e historicamente construído, que não prescinde da

hierarquização das raças. Segundo Aníbal Quijano (2005), é impossível separar, teórica e epistemologicamente, a noção de classe e raça para a leitura do sistema mundo.

Para Quijano, a ideia de raça, no sentido moderno, não existia antes da “descoberta” da América, o que levou a produção de identidades sociais historicamente novas: indígenas, negros e mestiços, transformando a raça no “primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial em camadas, lugares e papéis da estrutura de poder na nova sociedade” (Quijano, 2005, p38). Este é um ponto de forte impacto já que a partir dele, conjuntamente com Immanuel Wallerstein, entende que raça e racismo – ambos advindo do processo de dominação, violento e doutrinador da colonização – são “princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema mundo” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p15). Para Quijano, este padrão de poder se apresenta através do trabalho, do controle do Estado e da produção de conhecimento. A colonialidade do poder, que expressa a continuidade contemporânea deste padrão, existe desde a colonização e aparece como conceito-chave, que se conecta com a colonialidade do conhecimento/saber. Neste sentido, a construção da ideia de raça atribuída a sujeitos tidos como inferiores passíveis de controle e violência implica na construção de uma teoria social que legitima a escravidão, o racismo e a construção de sujeitos mercadorias, como condição para a acumulação de capital e de construção do império colonial europeu. Portanto, a desconstrução da naturalização da ideia de inferioridade racial afronta de maneira ativa a referida teoria social.

A negação da inferioridade do negro (a) como sujeito é uma premissa de Moura e Woodson, identificável em várias passagens. Ambos reforçam o conhecimento acumulado por negros e negras de maneira coletiva, desterrando a lógica de inferioridade científica, cognitiva ou mesmo moral. Clóvis reconhece que negros(as) advindos da África já tinham conhecimento na área de metalurgia, assim como foram adquirindo experiências artesanais, hábeis e agrárias durante a experiência como “escravos de ganho” (Moura, 1988), conhecimento superior ao dos não negros. Para Woodson, o não reconhecimento intencional de que o continente africano possui história, faz com que seja ignorado o fato de “(...) que os africanos foram pioneiros da domesticação de ovelhas, cabras e vacas, desenvolveram a ideia

de julgamento de júri, produziram os primeiros instrumentos de corda e deram ao mundo seu maior benefício na descoberta do ferro” (Woodson, 2021, p.24).

A premissa de Quijano adensa uma leitura sobre as relações capital-trabalho ao inserir a raça como categoria estruturante para a construção e manutenção deste sistema mundo, que impõe os modos de vida específicos e negrita o papel da educação neste cenário de disputa de projetos, a partir dos corpos subalternizados e racializados, sujeitos considerados hierarquicamente inferiores. Ao “vestir a lente” da educação como formação humana, amplia-se a possibilidade de compreender as especificidades dos conflitos advindos das relações étnico-raciais, alargando o escopo de análise de modo a permitir vê-la como capaz de contribuir à construção de projetos sociais, sobretudo antissistêmico, na direção de uma outra hegemonia.

Contribuições de Clóvis Moura ao debate educacional: lentes sensíveis

Clóvis Moura, importante marxista brasileiro, não foi um especialista em educação, mas desde sempre alcançou o papel estrutural da raça para a compreensão da realidade brasileira, visando o projeto de transformação radical na sociedade. Contudo, apresentou diálogos substanciais sobre a relação dos movimentos negros e educação, assim como inseriu conteúdo relevante à formação daquelas que necessitam compreender a realidade brasileira, para transformá-la. Sob estas bases, este texto sustenta a contribuição da educação para a luta antirracista a partir das lentes de Clóvis Moura. Neste momento, foram trabalhados de modo mais central dois textos de Clóvis Moura que miram a primeira metade do século XX, apesar de produzidos entre os anos de 1970-80: “A Imprensa negra em São Paulo”⁵ e “Organizações Negras em São Paulo”⁶.

A educação na perspectiva da formação humana permite pensar a educação e os processos formativos de modo mais ampliado. A figura do intelectual orgânico, quando conceituado por A. Gramsci (2001), nos aproxima de uma das teses de Nilma Lino Gomes (2021) que comprehende o Movimento Negro como educador. Como bem apontou Gramsci, “todo grupo social, nascendo no terreno originário de

⁵ MOURA, Clóvis. “A Imprensa negra em São Paulo”. In: Imprensa Negra. Estudo crítico de Clóvis Moura. Legendas Miriam Nicolau Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002, Edição fac-similar.

⁶ MOURA, Clóvis. Brasil. Organizações Negras em São Paulo In: Raízes do protesto negro, São Paulo: Dandara 2023.

uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas no social e político” (Gramsci, 2001, p.15). Negros e negras brasileiros tiveram papel determinante e essencial para o processo de colonização e construção da Europa moderna, como sujeitos escravizados e depois como trabalhadores. Ao mesmo tempo que forjaram ao longo da história ferramentas coletivas para sua resistência e garantia de vida produzindo, portanto, camadas de intelectuais orgânicos. Gomes ao definir o Movimento Negro (MN) como educador, o apresenta com letra maiúscula para negritar seu papel de sujeito, sem deixar de considerar sua pluralidade, diversidade e variedade, reconhecendo o “(...) Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimento sobre a questão racial no Brasil” (Gomes, 2021, p14).

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento” (Gomes, 2021: p.16-17).

Sendo assim, Nilma Lino Gomes entende que este Movimento Negro amplo e plural, por meio das suas principais lideranças e ações de seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e emancipação social, mesmo em meio a ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. Isso em razão de uma leitura de que a educação não é um campo fixo e nem somente conservador, por ser um espaço de formação humana imanentemente, se modifica e transforma a partir das relações sociais engendradas e, portanto, das forças sociais em disputa “(...) repletos, ao mesmo tempo, de um dinamismo incrível e de uma tensão conservadora” (Ibidem, p.25).

Moura encontra na imprensa negra uma expressão dos sujeitos coletivos, já que parte considerável vocacionava as posições de movimentos negros existentes, reconhecendo-a também como uma forma objetiva de combater o mito da democracia racial, que entende a cultura negra como um subproduto na dinâmica de negros e negras como sub cidadãos, uma espécie de painel ideológico no universo

negro. A imprensa negra é um aparelho privado de hegemonia que expressa a disputa superestrutural contra hegemonic, e de cara Moura logo constata, “A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para subir socialmente. Para isso, deve deixar os vícios como o alcoolismo e a boemia, deve abster-se de praticar arruaças, deve ser modelo de cidadão” (Moura, 2002, p.7). Entretanto, imbuído de um forte elemento moral para a conquista da suposta mobilidade social, este coletivo de jornais – a imprensa negra - acabou por secundarizar a importância de pressionar e demandar do Estado as condições para a garantia da educação formal para negros e negras, segundo Clóvis Moura.

A percepção de Clóvis é de que os textos expressam a posição do negro diante do mundo branco, por vezes assumindo um caráter mais reivindicatório e, por outras mais pedagógico, contudo, o centro das preocupações é a busca pela integração social. Essa integração deveria ocorrer pela educação e cultura, “das boas maneiras, do bom comportamento e do negro” (Ibidem, p.9). “Por outro lado, a educação é considerada uma missão de família. A educação é uma questão privada e somente uma vez, ao que apuramos, há uma referência explícita ao recurso do ensino público como veículo capaz de solucionar o problema dos negros, num artigo de Evaristo de Moraes” (Ibidem, p.11). Um limite identificado sobretudo a partir da experiência do Jornal Voz da Raça, referência da Frente Negra Brasileira, mas não apenas, pois denunciava os limites de compreender a educação como algo específico à esfera do privado, das famílias, ou ainda à moral do negro.

A lógica central é de que a mobilidade social dependeria centralmente da educação formal, negada pelo Estado na sua prática cotidiana, e assumida pela intelectualidade orgânica negra, seja através da imprensa e a partir dos movimentos negros existentes. Clóvis denuncia a ausência de reivindicações que forcem o Estado a garantir as condições objetivas deste acesso. Isso é corroborado pela sua leitura de que há um apoliticismo da imprensa negra em relação à luta de classes. “Há uma cautela, parece que deliberada, dos diretores desses jornais que os levaram a não abordar certos problemas críticos possivelmente considerados perigosos por eles” (Ibidem, p.12), algo que muda após os anos de 1945 com o Jornal Alvorada e a Fundação da Associação dos negros Brasileiros, segundo Moura.

Em “Brasil: as raízes do protesto negro”, livro em que está inserido o texto sobre “Organizações Negras em São Paulo”, Clóvis Moura negrita o sujeito negro(a) como emergente, rebelde, “na medida que adquire uma consciência crítica em relação ao mundo que o cerca, à sua situação neste mundo” (Moura, 2023, p.29), livro que dedica atenção à rebeldia dos sujeitos coletivos, movimentos negros emergente e a sistematização dos mesmos. Na tese de Moura, o negro brasileiro sempre foi um grande organizador.

Em toda a história social vemos o negro se organizando, procurando um reencontro com as suas origens étnicas ou lutando, por meio dessas organizações, para não ser destruído social, cultural e biologicamente. Já houve por isso mesmo quem se referisse a um espírito associativo do negro brasileiro (Moura, 2023, p.90).

A organização coletiva aparece como uma estratégia de sobrevivência. Do quilombo aos movimentos contemporâneos, como o Movimento Negro Unificado, os processos coletivos foram sendo engendrados. Os Quilombos (séculos XIV-XIX) para Clovis eram “basicamente um grupo armado” (*Ibidem*, p.23) materializando a luta de classes, necessário num momento em que a possibilidade de resistência à escravidão necessitava da força material, física e armada para a busca da liberdade. As irmandades, a exemplo da Irmandade dos Rosários dos Homens Pretos em São Paulo, foram amostras da construção de espaços de vivência e proteção dos escravos africanos livres. Espaço este profundamente atacado e combatido pela igreja e sociedade por verem como uma ameaça à ordem estabelecida, já que contribuíam para a construção de uma sociabilidade negra livre, fortalecendo as condições de enfrentamento.

A existência, já em 1931, da Frente Negra Brasileira articulando seu jornal “A Voz da Raça” foi um salto qualitativo do processo de organização de negros e negras. Sob orientação integralista, a ideia estruturante de integrar os negros (as) à sociedade que se modernizava, provocou proximidades com setores mais conservadores à época. Apesar de ter seu escopo ideológico mais estruturado, para Moura sua ideologia ainda é confusa.

Pretende-se, fundamentalmente, a uma filosofia educacional, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis de ciência, das artes e da literatura. Cabia, também, à Frente Negra orientar os seus membros, pois o

negro, segundo seus dirigentes, após a abolição se ressentia de ‘melhores noções de instrução e educação’. Essa ideologia era, básica e praticamente, a plataforma do partido político (que a Frente formou mais tarde)”(Ibidem, p.28).

São compreendidos por Moura (2023) como sujeitos coletivos organizados os responsáveis por processo de formação humana, seja na política, cultura/religião: associações culturais do negro, escolas de samba, a macumba - umbanda e quimbanda -, às organizações de protesto. Todas essas expressões coletivas dialogam com o momento específico da luta de classes e, em todos os fenômenos coletivos citados a dimensão formativa educacional não foi abandonada, indicando a potencialidade dos processos coletivos organizados numa perspectiva antirracista. A ideia de coletividade é aprendida, socializada e educada às gerações futuras, indicando que sem este processo pedagogicamente articulado não há base para a construção da luta antirracista.

A relação entre capitalismo e racismo foi constantemente reforçada por Clóvis, seja negritando a experiência do quilombo como a gênese da luta de classes no Brasil, no seu livro *Rebeliões e Senzala* de 1959, ou ainda no texto preambular inserido na obra que sustenta um dos trabalhos do autor aqui mencionados na introdução, onde explicita que o “preconceito de cor (...) funciona como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebéias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro sob controle” (Moura, 2023, p.48), nesta direção há uma relação intrínseca entre capitalismo e racismo. Entretanto, Moura (2023) ao identificar o negro como sujeito, reforça a potência da coletividade como sobrevivência e resistência.

Florestan Fernandes (1972) entende que centralmente nos países de capitalismo dependente há uma elite que “joga os problemas para debaixo do tapete”, violenta, obstinada e intolerante. Portanto, este modelo de sociedade não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder. Neste sentido, os movimentos negros e a imprensa no período de 1920-40 teriam constituído uma contra ideologia racial, corroborando as teses de Moura, ao combater o mito da democracia racial dentro da ordem burguesa negrita a educação como um dos principais instrumentos. O que levou ao Protesto Negro e à demanda pela segunda abolição, pelo acesso às benesses da democracia republicana. Pautavam a

liberdade e a igualdade em termos raciais, uma espécie de revolução dentro da ordem, contudo, de “baixo para cima”, indicando o potencial revolucionário desta ação. Uma revolução racial, um “desmascaramento” da situação racial no Brasil que oportunizaria uma dupla libertação: (1) da ideologia racial dominante e da (2) tutela dos brancos, possibilitando após os anos 40 um contexto mais favorável ao radicalismo igualitário na esfera das relações raciais (Florestan, 1972, p.311), seja pela incorporação de novas táticas individuais/coletivas de mobilidade social, pela construção de um terreno mais propício ao reconhecimento das “vantagens” da democratização racial de modo mais coletivo ou, ainda, da potencialidade de retomada dos movimentos sociais de protesto.

De modo geral, as questões apontadas por Clóvis Moura a partir das ações dos movimentos negros, sujeitos coletivos, na primeira metade do século XX indicam fortemente que a educação foi tática e central para estes. Demandavam a inserção no “mundo dos brancos”, organizada e executada pelos movimentos negros já que o Estado negligente revelava sua dimensão racializada, onde a inferiorização dos negros era uma das táticas desprendidas pela elite dominante. A posição de Clóvis e os alertas ao “apoliticismo”, indicavam que a pressão sobre o Estado, para garantir educação pública para o povo negro, era o caminho e só poderia ser realizado com pressão social coletiva. Contemporaneamente, com o auxílio de Nilma Lino Gomes e Florestan Fernandes, é possível negritar o papel dos movimentos negros neste processo e a abertura a posições mais “críticas” a partir dos anos de 1940.

O papel dos movimentos negros, ao assumir a educação como central para a sua mobilidade, dentro ou fora da ordem, revela a potência dos mesmos ao realizar isso de baixo para cima, forjando espaços coletivos para sistematizar demandas e garantir a sobrevivência, no interior de uma sociedade fortemente racista que objetivava subalternizar de todas as formas possíveis estes corpos. Em síntese, a educação assumiu centralidade, seja como eixo dos movimentos ou como resultado pedagógico das ações coletivas, não abandonando a perspectiva antirracista como estruturante, independentemente da tática engendrada em momentos históricos específicos.

Carter Woodson e a (des) educação do Negro⁷ como projeto

Carter Woodson escreve na primeira metade do século XX como a educação é um instrumento de poder que intenciona (des)educar o Negro. De maneira não abstrata, localiza e historiciza a educação formal/institucional ofertada pelo Estado capitalista estadunidense. Trata-se de um projeto e uma ferramenta política para a manutenção da hierarquia de raça. A tese do autor se sofistica ao revelar que mesmo a educação mais elementar e ultrapassada possibilita elementos para a construção intelectual deste Negro, mas não na dimensão política/coletiva. Fazendo com que os quadros “mais estudados” se tornem mais pacíficos e rejeite a “política”, por conta do medo das sanções e do próprio extermínio.

Seu trabalho, auxilia a compreender a educação na perspectiva da formação humana, a partir das instituições escolares, mas a conectando com os projetos políticos em curso, de modo a inseri-la na dinâmica do modo de vida, identificando os limites e a percebendo como potência para uma educação antirracista. Há um convite à coletividade e à organização de negros e negras a partir da educação, mirando projetos que se desprendam da hierarquização das raças. No contexto do pós-guerra civil nos Estados Unidos, o debate nas escolas para negros (as) e igrejas era se o negro teria que ter uma educação clássica ou prática,

(...) aqueles que de fato fizeram algum esforço para obter educação não receberam nem a educação industrial nem a clássica. (...) Os negros que frequentaram escolas industriais, fizeram treinamento prescrito e receberam diplomas; mas, a “educação industrial que estes negros receberam, então, era apenas para dominar uma técnica já descarta nos centros progressistas (...) Exceto pelo valor que tal treinamento pudesse ter para o desenvolvimento da mente, em virtude das aplicações práticas de matemática e ciência, foi dessa forma, um fracasso” (Woodson, 2021, p.20).

Woodson ainda aponta que mesmo os negros “treinados” nas fases avançadas da literatura, filosofia e política não prosperavam no uso de seu conhecimento porque tiveram que atuar nas esferas “inferiores da ordem social.” A

⁷ Carter Woodson no seu texto apresenta o Negro com N maiúsculo, de modo intencional e demarcador. Uma forma de contrapor a leitura marginal do negro(a) pela sociedade estadunidense, visibilizando-o como sujeito. Ao longo do texto, utilizaremos com letra maiúscula sempre que for uma citação direta do autor. Este texto parte da mesma premissa, de que negros e negras são sujeitos, assim como outras identidades não brancas que aparecem ao longo do texto, contudo será feita esta distinção entre maiúsculo e minúsculo, como forma de destaque à diferenciação do autor.

escassez de oportunidades diante das leis restritivas e portarias, como a Jim Crow⁸, acabava por delegar o trabalho de negros e negras às condições mais vulneráveis, precárias e subalternas.

O sistema atual sob o controle dos brancos treina o Negro para ser branco e, ao mesmo tempo, convence-o da inconveniência ou da impossibilidade de ele se tornar branco. Obriga o Negro a se tornar um bom Negro pelo desempenho de sua educação mal adaptada” (...) “O resultado, então, é que o Negro desse modo (des)educado de nada servem para si mesmo, tampouco para o homem branco” (Ibidem, p. 26).

Interessante perceber que mesmo quando o Estado capitalista assume a tarefa de “educar”, acaba por fazer dentro das linhas e limites estabelecidos, contribuindo para que este corpo negro possa ser visto como passivo, controlado e subsumido à lógica dominante, pois ao reconhecer seu suposto lugar o negro se (des)educa para os processos que deveriam interessar enquanto “povo”. Afinal, “Infelizmente, Negros que protestam e ousam se expressar são tidos como opositores da cooperação inter-racial” (Ibidem, p.29). A política hegemônica cria condições para uma educação, dentro dos limites impostos, como forma de impedir o acesso ao conhecimento que possibilite uma leitura do processo de racialização, propondo o afastamento da política e, centralmente, dos processos de organização coletiva.

O afastamento das questões políticas – de poder, como estratégia da elite branca. Em nome de uma “suposta paz” na comunidade, os poucos negros que atuam em esferas de poder (escola, igreja, instituições) foram convencidos de que “não se deve estimular a atividade política”, mesmo sendo ela o direito mais básico moderno, como o voto. “Em, certas partes, portanto, os Negros sob tal terrorismo deixaram de pensar em questões políticas como sua esfera” (Ibidem, p. 61)

A educação é um instrumento tão potente para organizar projetos de poder que Woodson destaca o quanto a tese no “negro que deu certo, bem-educado” é uma armadilha, ao reforçar a conexão com pessoas capazes de “prejudicar seu

⁸ Trata-se de um regime de dominação racial, vivenciado por pessoas negras sob o regime Jim Crow. Este sistema estabelecia uma rígida segregação racial entre brancos e negros e perdurou por cerca de nove décadas, findando nos anos de 1964 quando a luta social pressionou pela Lei dos Direitos Civis, abolindo este sistema de apartheid. Para saber mais ver: MORRIS, A.; TREITLER, V. B. O ESTADO RACIAL DA UNIÃO: compreendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América. Caderno CRH, v. 32, n. 85, p. 15–31, jan. 2019.

povo” diante da negação do espaço pretendido com a formação conquistada. Portanto, a resistência e a organização coletiva seriam caminhos para uma educação que não deseduque. “A raça se libertará dos exploradores assim que decidir fazê-lo. Ninguém mais pode realizar esta tarefa para a raça. Ela deve planejar e fazer por si só” (Ibidem, p.77) e nesta direção apostava nos adultos negros que ainda não entraram no projeto dominantemente (des)educador, “(...) contando com o despertar das massas por meio da educação de adultos, podemos fazer muito mais para dar ao Negro um novo ponto de vista à empresa econômica e a cooperação de grupo” (Ibidem, p.73).

Uma das táticas de Woodson foi a de denunciar a literatura que “andava circulando” no mundo moderno, onde a inferioridade do negro teria sido constantemente reificada. Os negros (des)educados do início do século XX começavam a se atentar para isso, ainda que tardiamente, “(...) quanto mais “educação” o negro recebe, pior ele fica. Ele acabou tendo muito mais tempo para aprender a criticar e a desprezar a si mesmo” (Ibidem, p.73). Carter indicava a necessidade de revisão do conteúdo, questionando a necessidade de compreender a história universal, sem reduzir o feito, mas reforçava a dimensão de dominação presente. Reformular o foco, pautar a história africana (futuramente incluída) do ponto de vista da antropologia, história e apresentar a sociologia para compreender e estudar o camponês ou proletário Negro, seria importante tarefa. Mas para isso indicava como necessária a organização de uma coletividade negra, que reconhecesse estes elementos como demanda. Deveria forjar o “novo Negro na política” não para restringir a esta forma, formato de disputa, mas sim para conseguir visualizar “toda a ordem social e econômica com sua raça como parte dela (Ibidem, p.114).

Neste momento, ele faz uma “cunha” em relação aos ditos “negros radicais” que leram Karl Marx, doutrina esta trazida segundo Woodson pelos brancos “insanos” para os negros. Essa crítica se alicerçava na leitura de que os Negros não podem depender de nenhum grupo para organizar suas demandas e a disputa pelo poder, já que historicamente os grupos mais vulneráveis, quando não autônomos, acabam sendo subalternizados no novo governo ou regime. O marxismo é aqui visto como sendo uma força “estrangeira”, que pouco conhece sobre a questão negra. Em outra passagem, chama atenção para os riscos de um radicalismo que mira a

destruição do sistema econômico por conta dos problemas centralmente sociais. Contudo, o mesmo autor destaca a importância do negro se radicalizar, “mas este radicalismo deve vir de dentro (...) não há movimento no mundo do trabalho especialmente para o negro. Ele deve aprender a fazer isso por si mesmo ou será extermínado” a exemplo dos indígenas americanos (*Ibidem*, p.115).

Esta crítica ao marxismo, supostamente pelo seu “estrangeirismo” que desconheceria a história dos negros, revela certo desconhecimento por uma literatura negra e marxista⁹, que objetivava compreender os fenômenos e transformá-los, radicalmente. Ao mesmo tempo que dialoga com leituras mais contemporâneas de uma “tradição radical negra” e dos limites do marxismo europeu (Robinson, 2023).

A educação, a política e uma certa consciência coletiva negra aparecem como categorias que se articulam no pensamento do autor. Uma ação educacional consciente organizada e dirigida pelos negros é condição para superar a dinâmica imposta pelo opressor, já que para Carter Woodson o opressor ao convencer o negro do auto ódio consegue: conquistar, explorar, oprimir e aniquilar o Negro em razão do ocultamento da verdade. É inegável uma crença na ciência como arma de libertação que dialoga com intelectuais iluministas e utópicos que produziram no século XIX, mas o adensamento desta leitura se encontra com a percepção de que é necessário para além da ciência, compreender a história e a estrutura da sociedade existente, de modo a revelar o projeto intencional de (des)educação de Negros (as).

A agenda então, segundo Carter, seria a de construir afastamentos de missões impostas por “outros” que não os negros, superar o projeto das elites de (des) educação de negros, construir um novo projeto educativo que valorize a comunidade, a história, o passado e possibilite condições de pensar num presente e futuro, dignos. “A educação do negro deve ser cuidadosamente dirigida a fim de que a raça não perca tempo tentando fazer o impossível, controlando seu pensamento e o inferiorizando” (Woodson, 2021, p. 118).

⁹ Para conhecer mais, ver: PICO, Daniel Montañez. Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

À guisa de conclusão

A tentativa de síntese a partir da exposição da visão social de mundo de dois intelectuais orgânicos negros, Clóvis Moura e Carter Woodson pode ser lido como uma ousadia anacrônica. Clóvis Moura, sociólogo brasileiro que viveu entre 1925-2003, começa a escrever nos anos de 1940, mas tem sua primeira publicação apenas em 1959. Já Carter Woodson viveu entre os anos de 1875-1950, tendo publicado o livro sob o qual referenciamos a exposição em 1933. Nesta toada, é constatável que Woodson não teria como ter conhecido, ainda que fizesse um grande esforço, a primeira publicação de Moura. Além disso, falamos de dois pensadores que se localizam em tipos de desenvolvimentos específicos do capitalismo como sistema, estando Woodson num grande império e Moura num país de capitalismo dependente, que por si só já apresenta dinâmicas distintas, desiguais e combinadas.

Mas em comum, este texto argumenta na direção de que ambos tematizaram a educação de negros (as) sobre a primeira metade do século XX, expressando projetos de sociedade e estratégias de superação da condição existente a partir de visões sociais de mundo distintas. Contudo, a suposta ousadia se encontra na tese de que a educação foi capaz de relevar as tensões existentes, os projetos em disputa e indicar os processos de organização coletiva de negros(as) como chave, ou instrumento de enfrentamento, resistência e criação do novo.

Ambos, Moura e Woodson reconhecem os conhecimentos prévios e formativos dos descendentes de africanos escravizados. Seja desde África, como indicam o conhecimento de metalurgia, agricultura e outras “ciências”, mas também conhecimentos adquiridos durante o processo de escravização, a exemplo dos denominados como “escravos de ganho” que Moura apresenta. Neste sentido, a construção do mito da inferioridade é constatada pelos dois autores, seja na construção de um currículo, na ausência do Estado na garantia da educação como direito, no processo de (des) educação do Negro, ou ainda pelo mito da democracia racial.

A educação para Clóvis e Woodson aparece como instrumento potente para a construção de perspectivas antirracistas. Contudo, há diferenças sobre qual a melhor tática ou estratégia a ser engendrada.

Para Clóvis Moura, a questão educacional aparece em alguns momentos centrais. Na constatação de que a imprensa negra, os movimentos negros, do início do século XX elegeram a educação como instrumento para a superação do racismo - ao ponto de as organizações negras pegarem para si esta tarefa -, e na crítica ao “apoliticismo” das mesmas em não perceberem a necessidade de cobrar do Estado este direito. Apesar de críticas de Moura a respeito de uma leitura supostamente insuficiente sobre a inserção social de negros(as) a potência é inegável sobretudo se pensarmos a educação como formação humana, encontrando-a nas experiências e lições dos processos coletivos engendrados pelos movimentos negros. Nos textos de Clóvis Moura há indícios de que a educação, além de instrumento tático, aparece como elemento organizador dos sujeitos coletivos a partir da leitura do “movimento negro como educador” de Nilma Lino Gomes, indicando oportunidades para enfrentar o Estado capitalista e racista, assim como aponta brechas estratégicas para construção de um projeto emancipador, a partir de outra base de produção do conhecimento. Neste sentido, as indicações de Moura encontram uma síntese robusta nas reflexões de Gomes,

O reconhecimento do Movimento Negro como produtor, sistematizador e articulador de saberes nos coloca em contato com a possibilidade de construção de um pensamento com potencial de “derrubar os muros que separam o conhecimento e as experiências sociais”, permitindo a construção de uma reflexão teórica, bem como uma ação política alicerçada em uma “prática política-epistemológica” de caráter emancipatório, com muitas “entradas e saídas e sem perder a identidade (Gomes, 2021, p.140).

A tese que o sociólogo apresenta do negro como um organizador indica os processos coletivos e negrita o caminho para a construção de uma sociedade que não seja pautada no racismo e na hierarquização das raças, o “negro rebelde” adquire consciência crítica de modo coletivo, em relação ao mundo que o cerca. O movimento negro educa, organiza e constrói esperança para a criação do novo. Esta dinâmica é pensada no interior da sociedade de classes e visa a superação da sociedade capitalista a partir de uma perspectiva antirracista, apontando para a criação de um novo projeto de sociedade.

Carter Woodson mira o processo educacional dos Negros na sociedade capitalista como (des)educativo, desagregador, que intenciona isolar os sujeitos,

pacificando-os e retirando a radicalização dos mesmos para pensar os processos de mudança. Os currículos e os tipos de curso ofertados possibilitam uma dinâmica intelectual em algum nível, mas subsume a perspectiva mais coletiva e a capacidade de mirar a comunidade negra como um todo, sobretudo os não eleitos para o processo de educação – projeto da elite estadunidense. A proposta de construir novos focos, a partir da denúncia dos currículos existentes, aponta a necessidade de conhecer a história, cultura e memória dos negros para superar a tentativa de inferiorizar, já que esta objetiva oprimir e controlar estes corpos. Contudo, nega o marxismo por enxergar nesta visão de mundo um certo “estrangeirismo” oportunista, já que se trataria de uma ciência da ação não pensada, dirigida e formulada pelos Negros. Em comum, há uma ideia de coletividade e organização da comunidade negra, a partir das provocações advindas da educação.

Woodson, numa perspectiva ainda dentro da ordem, separa os problemas econômicos das questões sociais e percebe na educação a possibilidade instrumental de organização da comunidade Negra, uma vez que reconheçam a necessidade de resgatar a história, a memória e a riqueza dos afro-americanos, desde África. Isso como possibilidade de romper com a imposição (des)educativa do projeto das elites brancas, que acabam por corroborar a manutenção da estrutura social e de abandonar os Negros quando conquistam seus interesses. Carter Woodson entende que os processos de transformação social devem partir dos próprios negros que se percebem enquanto comunidade e que os valorizem. Entretanto, não faz uma associação articulada entre Capitalismo e Racismo, como bem indica Moura.

Apresentar um diálogo, a partir dos textos selecionados, entre estes dois intelectuais orgânicos que se debruçaram sobre os processos que envolviam as relações raciais no Brasil e EUA, foi provocada pelo fato dos autores terem identificado a educação como importante instrumento no início do século XX para indicar projetos políticos racializados. A educação de negros e negras se apresentou como espaço potente de canalização do descontentamento social em relação à hierarquização racial e inferiorização de sujeitos e, direta ou indiretamente, questionou o modelo de sociedade em curso que produz este fenômeno. Isso ocorreu seja, pela constatação da negligência do Estado em garantir a educação como direito fazendo com que os movimentos negros assumissem a tarefa, ou ainda

por apresentar uma proposta de educação pouco eficaz para a mobilidade social, com a intenção de manter a hierarquia socioracial funcionando via captura da história potente da comunidade negra. A tese compartilhada é que serão negros e negras que devem estar à frente de projetos que denunciem, mas que também organizem processos de luta antirracista. Apesar das diferenças estratégicas, com o auxílio de Woodson e Moura é possível realizar a leitura de que a educação na perspectiva da formação humana é capaz de motivar a organização de uma coletividade, da comunidade e movimentos negros, consciente do racismo como um problema, de modo a catalisar novas perspectivas ou novos projetos societários. A despeito de datados, ao reforçar a dimensão da ação política coletiva, os textos retomam uma questão ainda muito pertinente na atualidade: é possível superar o racismo sem superar o capitalismo?

Referências

- ALMEIDA, Jane Barros. **Educação e Luta de Classes**: A Experiência da Educação na Comuna de Paris (1871). Campinas: Alínea, 2016.
- ALMEIDA, Jane Barros; MARTINS, Marcos Francisco. As ocupações das escolas no Paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROOPPO, Luís Antônio (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 175-197.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonia-lidade e perspectiva negra. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em março de 2018.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Revolução passiva e modo de vida**: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- FERNANDES (Florestan). **O Negro no Mundo dos Brancos**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1972.
- FRIGOTTO, G. (org.) **Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos. **Linhas Críticas**, [S. I.], v. 21, n. 44, p. 19–37, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4463>. Acesso em 30 de julho de 2024.

MOURA, Clóvis. **Raízes do protesto negro**, São Paulo: Dandara 2023.

MOURA, Clóvis. A Imprensa negra em São Paulo. In: **Imprensa Negra**. Estudo crítico de Clóvis Moura. Legendas Miriam Nicolau Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002, Edição fac-similar.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 9, Especial, p. 37-59, 1987.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro**: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

ROBINSON, Cedric James. **Marxismo negro**: a criação da tradição radical negra. Trad. Fernanda Silva e Souza. São Paulo: Perspectivas, 2023.

VIEIRA, C. E. Cultura e formação humana no pensamento de Antônio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 51–66, jan. 1999.

ZATTI, Vicente; PAGOTTO-EUZEBIO, Marcos Sidnei. **Educação como processo de formação humana**: uma revisão em filosofia da educação ante a premência da utilidade. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2022. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/767. Acesso em 30 de julho de 2024.

WOODSON, Carter. **A (des)educação do negro**. São Paulo: Edipro, 2021.